

# Governo quer FEF até 2006

JANES ROCHA

**BRASÍLIA** – O governo está propõendo uma prorrogação, para 31 de dezembro de 2006, do Fundo de Estabilização Fiscal, que deveria acabar em dezembro do ano que vem. Como se não bastasse, a proposta – que caiu como uma bomba entre os deputados e senadores que se reuniram com o presidente e o ministro Pedro Malan, ontem – vai mais longe e ainda dobra a contribuição de 20% para 40%.

O FEF é composto por uma parte de recursos de verbas vinculadas constitucionalmente a algumas áreas, por exemplo, a porção da

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que vai para a saúde, e recursos da Educação. É resultado também de uma parcela dos Impostos de Renda, sobre Produção Industrial e Territorial Rural (IR, IPI e ITR).

A grande resistência ao FEF é que ele reduz a verba desses impostos e contribuições que, a rigor, deveriam engordar os fundos de participação dos estados e municípios. Ao sair do encontro com o ministro da Fazenda, os líderes governistas do Congresso informaram que davam praticamente como certa o recuo do governo com relação às medidas relaciona-

das ao Fundo. No entanto, o Ministério da Fazenda não confirmou esta impressão.

Segundo o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, o governo espera aprovar a medida por causa de uma alteração que será feita no texto do projeto. Tavares lembra que foi retirado um artigo que permitia à União ficar com mais 5,6% do excedente de arrecadação do IR, IPI e ITR, além dos 20% que já recolhe sobre estes impostos.

O secretário executivo calcula que, com a retenção destes 5,6% os estados e municípios deixavam de ganhar, através dos fundos de par-

ticipação, cerca de R\$ 2 bilhões. Este é o valor que, segundo Tavares, os governadores e prefeitos “deixam de perder”.

A prorrogação do FEF foi colocada no pacote de medidas de ajuste fiscal como forma de “assegurar a transição” para uma nova estrutura de atribuições dos encargos entre as entidades federativas, que começará a ser discutida a partir da apresentação do novo projeto de reforma tributária. “Como não será alterado em 1999, teremos prazo suficiente para fazer a discussão com o Congresso”, explicou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.